

CORPOS, GÊNEROS E SEXUALIDADES: QUESTÕES QUE INTEGRAM O PPP

Prof^ª. Drn. Suzana da Conceição de Barros *

Resumo

Para desenvolvermos nossas atividades diárias, como ir em um determinado local, cozinhar, limpar a casa, ministrar aula, por exemplo, é necessário pensarmos os caminhos que vamos traçar para alcançar o nosso objetivo. Na escola, isto não é diferente. Também é necessário planejar, isto é, pensarmos, organizarmos, definirmos metas, estabelecermos objetivos que queremos alcançar, para que as necessidades escolares sejam atendidas.

Uma das ferramentas de planejamento escolar que merece destaque é o Projeto Político Pedagógico (PPP). Recebe tal nome, pois é um documento que projeta, estabelece um plano de trabalho para a instituição. É político no sentido que está articulado a questões sociais, culturais e políticas, bem como está vinculado a interesses coletivos. E é pedagógico, porque trata sobre as questões educacionais, definindo premissas e ações para o âmbito escolar.

O Projeto Político Pedagógico apresenta os princípios, as diretrizes e propostas que regem o processo educacional de uma determinada instituição. Esse documento deve levar em conta o contexto histórico, social, econômico, político e cultural no qual será produzido, para que atenda as necessidades educacionais de uma determinada escola. Sendo assim, o PPP deve ser elaborado em todas as instituições de ensino, com a contribuição de toda a comunidade escolar (equipe pedagógica, equipe diretiva, professores/as, alunos/as, pais e responsáveis, funcionários/as), para que todos/as possam pensar sobre o papel da escola na comunidade em que está inserida e que tipo de educação é necessária nesse contexto.

O PPP deve traçar metas e objetivos, apresentar ações e delinear o perfil do egresso, ou seja, o tipo de sujeito que a escola pretende formar, contribuindo, dessa forma, para a constituição de uma sociedade que prime pela democracia, justiça e igualdade de direitos. Nesse viés, esse documento acaba por constituir uma identidade para a escola.

*Professora da Escola Municipal de Ensino Fundamental Manoel M. Mano Rua e doutoranda do PPG Educação em Ciências (FURG).

Ao entender o PPP como um documento que deve ser construído a partir das propostas pedagógicas, do tipo de sujeito que se quer formar e da realidade escolar, torna-se importante que as temáticas relacionadas aos corpos, gêneros e sexualidades estejam presentes, pois essas são questões sociais e fazem parte do cotidiano das escolas em diversas situações, tais como: na separação das filas entre meninas e meninos, na divisão dos banheiros, nos namoros na escola, na gravidez de uma adolescente, na homofobia, na diversidade de corpos, entre outros. No entanto, algumas pesquisas, como as de Barros (2010) e de Rizza (2011), apontam que, nas escolas, estas questões ainda são trabalhadas de forma assistemática e descontínua, sendo discutidas geralmente por poucos profissionais, como alguns/algumas professores/as de ciências e biologia ou por profissionais da saúde que são convidados/as a debater sobre a saúde sexual. Nesse viés, a sexualidade é abordada em um enfoque anátomo fisiológico, biologicista e sitiada pela doença e pela morte, não sendo tratada como questão sociocultural, que envolve as diversas formas de viver os prazeres e os desejos.

O Grupo de Pesquisa Sexualidade e Escola entende que a educação para a sexualidade deve estar presente no PPP, pois a inserção dessas temáticas nesse documento possibilita que as questões de corpos, gêneros e sexualidades tornem-se institucionais, e sejam entendidas como temáticas que devem ser discutidas de forma permanente e sistemática, sendo responsabilidade de toda a comunidade escolar, constituindo-se como um componente curricular, e não atribuição de apenas um/a ou outro/a profissional da escola.

Um trabalho contínuo e político permite que a escola faça o contraponto, reflita, discuta e desestabilize alguns modelos hegemônicos referentes às temáticas de corpos, gêneros e sexualidades, tais como: a masculinidade, a heterossexualidade, a criança inocente e assexuada, a família nuclear, entre tantos outros, presentes na sociedade.

Deste modo, entendemos que essas questões não devem estar às margens do currículo escolar, nem trabalhadas de maneira pontual nas escolas, mas que elas sejam entendidas como temáticas que fazem parte da sociedade e, portanto, da escola e que estejam presentes em seus Projetos Políticos Pedagógicos, para que assim elas se constituam como temáticas que integram o currículo escolar.

Referências

BARROS, Suzana da Conceição de. **Corpos, gêneros e sexualidades: um estudo com as equipes pedagógica e diretiva das escolas da região sul do RS**. Rio Grande, 2010. Dissertação (mestrado) Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde. Rio Grande, 2010.

RIZZA, Juliana Lapa. **Sexualidade e Formação Inicial**: dos currículos escolares aos espaços educativos. 2011. 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação Ambiental), Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2011.